

# **QUEM LAVA A LOUÇA ACADÊMICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A ESTRUTURA DO CUIDADO NO ENSINO SUPERIOR**

**WHO WASHES THE ACADEMIC DISHES: A REFLECTION ON THE  
STRUCTURE OF CARE IN THE UNIVERSITY**

Ciências Humanas • 20/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789874269](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789874269)

---

Fernanda Marcon<sup>1</sup>

---

## RESUMO

O artigo reflete sobre a desigualdade interseccional de gênero no ensino superior a partir da divisão do trabalho acadêmico em função de uma estrutura do cuidado que distribui desigualmente as atividades acadêmicas. A partir de uma análise de estudos sobre o tema do cuidado, mas também sobre as desigualdades de gênero no ensino superior e no campo científico, discute-se a historicidade da estrutura do cuidado no contexto acadêmico, onde determinadas atividades são desprestigiadas e desigualmente exercidas. Tendo em vista as diferentes atividades e situações que implicam em uma desvalorização do trabalho das mulheres no ambiente acadêmico e dificuldades de ascensão a posições de poder e gestão, o artigo conclui sobre a importância de superar a naturalização da relação entre o cuidado e o feminino, mas também de defender uma ética do cuidado no trabalho acadêmico no sentido da promoção do bem-viver, e não a serviço do produtivismo e mérito individuais.

**Palavras-chave:** Louça acadêmica; Cuidado; Desigualdade interseccional de gênero; Ensino Superior.

## ABSTRACT

This article reflects on intersectional gender inequality in higher education, focusing on the division of academic labor within a care structure that unequally distributes academic activities. Based on a literature review about care, as well as gender inequalities in higher education and the scientific field, the article discusses the historicity of the care structure in the academic context, where certain activities are undervalued and unequally exercised. Considering the different activities and situations that imply a devaluation of women's work in academia and difficulties in ascending to positions of power and management, the article concludes by emphasizing the importance of overcoming the naturalization of the relationship

between care and femininity, and also of defending an ethics of care in academic work aimed at promoting well-being (*bem-viver*), rather than serving individual productivity and merit.

**Keywords:** Academic dishes; Care; Intersectional gender inequality; Higher education.

## INTRODUÇÃO

Este artigo reflete sobre a desigualdade interseccional de gênero na divisão das atividades acadêmicas e sua relação com uma estrutura que localiza nas mulheres a responsabilidade pelo cuidado. Parte da hipótese de que, embora represente um contexto progressista, o meio acadêmico também reproduz a hierarquia dos papéis de gênero, desvalorizando uma parte de suas atividades em função dessa divisão. O intuito também é questionar o lugar subalternizado do cuidado e da atenção no trabalho acadêmico, concebendo-o a partir de uma perspectiva feminista, anticolonial, antirracista e anticapitalista. Isto é, inscrita nas lutas por afirmação do bem-viver e na defesa de uma ética do cuidado. Com esse intuito, apresenta um levantamento bibliográfico a respeito do tema do cuidado, bem como de pesquisas recentes a respeito das desigualdades de gênero no contexto acadêmico.

As atividades que nomeio como “louça acadêmica” compõem algumas das práticas de cuidado envolvidas no trabalho docente, essenciais para a formação e permanência dos/as estudantes em diferentes níveis educacionais e, em particular, na educação superior. A história do termo “louça acadêmica” começa com uma reflexão em um momento inusitado: eu aguardava o início de um evento acadêmico na universidade e ao entrar no auditório em que ocorreria a palestra, procurei um assento e passei a observar o que

ocorria à minha volta com atenção. De repente, meu pensamento tinha me transportado para uma lembrança de infância. Eu estava em minha casa, ajudando minha mãe na cozinha antes que meu pai e irmãos se sentassem à mesa para almoçar. Enquanto comíamos, meu pai vez ou outra pedia silêncio para ouvir o noticiário na televisão que estava em outro cômodo da casa. Ele está sentado no lugar de sempre, na ponta da mesa, de frente para a porta de entrada da casa. De lá, solicita água gelada, que minha mãe o sirva com mais arroz ou feijão, conta algum acontecimento do dia... Após o almoço, meu pai e irmãos levantam-se da mesa e sentam-se em frente à TV para seguir acompanhando o noticiário enquanto eu e minha mãe iniciamos a organização da cozinha. Retorno para o evento acadêmico na universidade. Corro o olho pela sala e vejo algumas colegas apressadamente colocando toalhas sobre as mesas, arranjos de flores, copos e garrafas de água gelada, além de solicitar ajuda de alguns estudantes com projetores e equipamentos de som. Na porta ou no corredor estão outros colegas, com suas pastas de couro, conversando em clima muito relaxado e amistoso. O público preenche o auditório e o evento inicia com uma colega ao microfone saudando as pessoas presentes e chamando à mesa um professor cujo extenso currículo apresentará em seguida. Ao passar a palavra ao professor, ela se certifica de que os slides serão transmitidos adequadamente pelo projetor e se prontifica para ficar ao computador organizando a apresentação enquanto o professor profere a palestra. Após a fala, depois de responder às perguntas - também organizadas pela professora junto ao público -, o professor se levanta, agradece a oportunidade, tira algumas fotos, conversa com pessoas que se aproximam para cumprimentá-lo e logo se retira do auditório. As pessoas vão saindo, incluindo outros colegas, permanecendo apenas aquelas mesmas professoras que organizaram a mesa, agora desmontando-a e guardando

equipamentos. Fiquei ali observando a cena por mais um tempo e de maneira surpreendente me senti “em casa”. Aquelas mulheres dobrando toalhas, guardando equipamentos, organizando cabos, retirando os copos, se pareciam comigo e com minha mãe, em casa, lavando a louça após o almoço.

Durante uma parte da minha infância, acompanhei o trabalho não-remunerado de minha mãe para outra família. Ela e meu pai – caminhoneiro na época – aceitaram uma proposta de trabalho em que minha mãe se tornaria a cuidadora de uma idosa de família abastada em troca de moradia. Segundo minha mãe, sair do aluguel foi muito importante para que depois pudéssemos comprar uma casa. Até hoje, buscando minimizar as contradições daquela situação, ela descreve uma relação de amizade prévia com os parentes daquela senhora, que além de nos oferecerem a oportunidade de trabalho, nos tratavam como se fôssemos “da família”. Minha mãe dizia que sua atuação ali era “morar com a idosa para administrar a casa e orientar as outras empregadas domésticas, estas sim remuneradas”. Mas ao fim e ao cabo, era um trabalho não-remunerado, 24h por dia, 365 dias por ano, que envolvia afeto e muito cuidado.

O trabalho, remunerado ou não, passou a ser visto como questão central nos estudos sobre o cuidado, revelando as desigualdades sociais inscritas nessas relações. No entanto, pesquisadoras como Pascale Molinier, Patricia Paperman, Joan Tronto, entre outras, têm chamado a atenção para o desconforto, especialmente nas Ciências Sociais, em tratar da ética do cuidado, já que o cuidado muitas vezes é visto como assunto privado, enquanto que o trabalho seria um assunto público. Compreendendo o cuidado como *processo*, Molinier e Paperman (2015) sugerem que estejam articuladas na

análise as relações interpessoais e a organização e distribuição social do cuidado a partir de concepções morais a respeito das noções de responsabilidade e justiça, inclusive em escala mundial, como apontou Tronto (2013). Ou seja, no lugar de fragmentar o cuidado em diferentes abordagens disciplinares e reforçar velhas dicotomias, por que não refletir sobre a ética oriunda das práticas de cuidado, socialmente marcadas em suas especificidades étnico-raciais, de gênero e classe, e pensá-las dentro de uma escala que vai das relações interpessoais ao relacionamento internacional entre os países e economias?

Com a expectativa de poder desenvolver essa perspectiva a partir de uma reflexão sobre diferentes experiências de cuidado no trabalho docente é que surgiu este artigo. Para chegar até aqui, contudo, foram alguns anos vivendo as contradições e desconfortos da reflexão. O termo “louça-acadêmica” foi se popularizando em minhas impressões sobre as atividades no trabalho e passou a contemplar muitos contextos e relações. Eu não estava falando somente da minha experiência. Tampouco estava falando das “mulheres”, em geral. A louça acadêmica parecia metaforizar um conjunto de atividades menos prestigiadas nas práticas acadêmicas e que são atribuídas a pessoas específicas em um contexto de relações sexistas, classistas, racistas, capacitistas, xenofóbicas, estruturalmente excludentes.

Depois de tomar posse como docente em uma universidade, a docência tornou-se apenas uma das atividades exercidas, e muitas vezes nem parecia ser a atividade central. Estava aí imbricada uma série de responsabilidades com a permanência dos/as estudantes, a gestão dos recursos públicos e dos currículos, a inclusão e a justiça social, entre outras muitas demandas que não apenas tornam o

serviço público necessário, como fundamental. No entanto, a universidade se construiu sobre uma estrutura que naturalizou uma determinada divisão de tarefas e responsabilidades, reforçando estereótipos bastante conhecidos com relação aos papéis de gênero. No ambiente acadêmico isso pode ser dissimulado até as últimas consequências, sendo difícil identificar a divisão arbitrária que separa atividades de prestígio (literalmente, o trabalho que dignifica os homens) e a louça acadêmica. Alguns podem argumentar que o cargo exige que todos os servidores sejam legalmente obrigados a fazer “de tudo” - docência, gestão, pesquisa, ensino, extensão e isso não é tudo. Mas algumas pessoas fazem mais e se sentem eternamente “em dívida”, em um movimento que inclui suas trajetórias de vida e responsabilidade no cuidado com outros. Supostas “aptidões naturais” das mulheres com o cuidado são exploradas à exaustão nos e-mails e mensagens de estudantes a todo momento, na solicitação de auxílio emocional em qualquer tempo e na exigência tirana de compreensão e empatia ainda quando somos desrespeitadas reiteradamente.

Lavar a louça acadêmica é realizar atividades menos prestigiadas do campo acadêmico, o que inclui construir um diálogo mais horizontal e acolhedor com estudantes, trabalhar em comissões de assistência estudantil e de combate à evasão, se envolver em projetos de ensino, pesquisa e extensão buscando angariar bolsas e promover uma formação crítica e respeitosa, participar da organização política em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e popular. É trabalho intelectual, político, essencial.

## **LOUÇA, TRABALHO ACADÊMICO E ANTROPOLOGIA**

Ao buscar uma carreira acadêmica, mulheres enfrentam determinados obstáculos não sinalizados até bem pouco tempo atrás. Impedimento do acesso à formação superior e profissionalização, salários desiguais e dificuldades derivadas da organização familiar e doméstica são as mais aparentes. Dados sobre a presença de mulheres no contexto acadêmico demonstram a continuidade de um vínculo ambíguo ente ciência, docência, gênero, raça e classe. A docência permanece cercada de contradições, quando mulheres são a maioria enquanto professoras e estudantes, mas acessam em menor número os cargos de representação política e gestão. Com relação ao trabalho em uma universidade pública, Marry e Pochic (2017) observaram que embora o setor público tenha se apresentado historicamente como menos desigual e mais aberto às mulheres, esse traço se dissipa na medida em que a igualdade de acesso das mulheres aos cargos públicos é recente e segue permeada por discriminações indiretas. Como exemplo, as autoras citam pesquisas cujos resultados demonstraram que a paternidade interfere menos na ascensão da carreira do que a maternidade. Ou seja, com ou sem filhos, professores seguem tendo mais chances de ascensão nas carreiras:

*As chances de acesso dos pais a posições de titular depois de um doutorado (percurso conhecido como tenure track) são sempre maiores que as das mães: de 35% para aqueles que têm filhos pequenos, de 20% para o conjunto de pais universitários. Entre as mulheres, aquelas sem filhos têm uma probabilidade 30% mais alta que as mães de ter acesso a essas posições (MARRY; POCHIC, 2017: p.156).*

No entanto, as últimas décadas observaram o transbordamento das questões “das mulheres”, sobretudo das mulheres brancas - para sujeitos/as que não se encaixavam no binarismo de gênero e que atravessavam experiências de trabalho igualmente excludentes. Nesse sentido, é imprescindível que a discussão não essencialize ou prescreva uma relação direta entre homens e privilégios de ascensão na carreira acadêmica. Como discutirei adiante, a expansão do ensino superior no Brasil em anos recentes tem promovido o alargamento da reflexão sobre o trabalho acadêmico e as pessoas que atuam nesse contexto.

Um dos trabalhos que marcou minha formação como antropóloga foi o livro de Mariza Corrêa, “Antropólogas e Antropologia”, publicado em 2003, quando eu acabava de ingressar na graduação em Ciências Sociais. A antropóloga, falecida em 2016, foi professora da Unicamp por muitos anos. No livro, Corrêa faz alusão a outro trabalho, de autoria do antropólogo sul-africano Adam Kuper (1978), intitulado “Antropólogos e Antropologia”. Na língua inglesa não há diferença entre as palavras antropólogo e antropóloga, mas na tradução para o português, essa diferença se apresentou e foi importante para que Mariza Corrêa se debruçasse, então, sobre como a história da antropologia, especialmente a que se refere ao Brasil das primeiras décadas do século 20, havia invisibilizado e silenciado o trabalho de nossas pioneiras. Por outro lado, muitos “pioneiros” da antropologia no Brasil são constantemente lembrados, ainda que eles não tenham sido antropólogos propriamente ditos.

Corrêa reflete sobre as relações de gênero em nossa sociedade, mas fundamentalmente no campo antropológico, a partir da biografia de três mulheres: Emília Snethlage (ornitóloga e naturalista alemã

residente no Brasil, diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi após a morte do botânico Jacques Hüber, entre 1914 e 1922); Heloisa Alberto Torres (antropóloga e primeira mulher diretora do Museu Nacional entre 1938 e 1955); e Leolinda Daltro (professora, sufragista e indigenista que fundou o Partido Republicano Feminino em 1910; tentou participar do Instituto Histórico Brasileiro em 1902, mas foi impedida sob a alegação de “ser mulher”). Corrêa observa que o apagamento da importância para o campo antropológico e das ciências sociais, mas também político, dessas cientistas do início do século 20 revela que ao adentrarem ao universo dos cargos públicos, as mulheres são vistas como “portadoras de uma outra lógica”, a lógica da esfera doméstica. Ou seja, a esfera pública sendo a esfera por excelência dos homens e a esfera doméstica sendo a das mulheres. Ao adentrarem o espaço público, suas atividades são desvalorizadas, como se tudo que fizessem fosse uma tentativa de transpor a ordem doméstica, da casa, do privado, para a ordem pública, das instituições estruturalmente vistas como “espaço dos homens”. Em outras palavras, as mulheres na ciência, em cargos de direção de instituições científicas ou partidos políticos, são vistas como “sensíveis, prestativas, organizadas, modestas, compreensivas”. Quando algo dá errado, essas “qualidades” tornam-se acusações.

Ao refletir sobre as experiências de antropólogas negras na pós-graduação em Antropologia, Assis e Pontes (2021) apontam os tensionamentos implicados na implementação das políticas afirmativas no ensino superior público e como a discussão avança para a transformação desse espaço em termos epistemológicos e éticos. A antropologia foi durante muito tempo uma carreira ocupada por pessoas brancas. Além disso, a terceirização do trabalho doméstico para que intelectuais brancos/as construíssem os paradigmas da disciplina recaiu massivamente sobre mulheres

negras, o que explica em grande parte a invisibilidade de sua produção acadêmica, pois mesmo com a política de cotas para a graduação e a pós-graduação, bem como as cotas para ingresso na carreira docente no ensino superior público, o apagamento de suas contribuições é notório na construção dos currículos e ementas dos cursos.

*Nesse sentido, a presença de estudantes como nós provoca a universidade nos tipos de razões em que ela se organizou, produziu e criou critérios de reconhecimento e conhecimento acadêmico, ao mesmo tempo que provoca quem acessa o espaço acadêmico exigindo mobilizações, algumas vezes até criando conflitos (ASSIS; PONTES, 2021, p.116)*

Outro trabalho que gostaria de citar é o da antropóloga Fernanda Azeredo de Moraes, que desenvolveu pesquisa de doutorado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) em Paris sobre as dinâmicas familiares e conjugais (domésticas) que perpassaram as carreiras de antropólogos e antropólogas na França na primeira metade do século 20. Na comunicação intitulada “Trabalho doméstico, trabalho emocional e produção de conhecimento: o caso das mulheres de...”, apresentada em 2018, Azeredo de Moraes reflete sobre as estruturas do *care* (cuidado). A pesquisadora apresenta no texto uma entrevista realizada com Monique Lévi-Strauss, editora e tradutora, viúva do antropólogo Claude Lévi-Strauss. Monique, aos 90 anos, relembra as seis décadas de casamento com o antropólogo, em que foi responsável, além dos afazeres domésticos - inclusive jantares para os colegas do marido -, do trabalho de leitura, revisão e auxílio nas traduções das obras publicadas por Lévi-Strauss. Além

disso, se responsabilizou pela revelação de todo o acervo fotográfico do antropólogo, improvisando um estúdio de revelação na própria casa. Ao ser questionada sobre se sentia que seu trabalho não era reconhecido, como alguém que efetivamente contribuiu para a antropologia moderna, ela modestamente disse que não esperava reconhecimento porque estava satisfeita em ter ajudado o marido a produzir obras tão brilhantes. A análise da vida e do trabalho de Monique Lévi-Strauss nos leva a refletir sobre como o universo acadêmico se beneficia dessa estrutura do *care*, feminilizada, não remunerada e silenciada. “Modéstia, discrição e pudor são, como bem sabemos, tradicionalmente ligados a performances e ideais de gênero femininos burgueses, brancos e heteronormados” (AZEREDO DE MORAES, 2018: p. 6).

As últimas décadas observaram um crescente interesse sobre a temática das relações de gênero na academia. Políticas públicas voltadas às mulheres e à população LGBTQIAPN+ possibilitaram um investimento de pesquisa sobre realidades historicamente invisibilizadas no próprio discurso científico. Temas como a relação entre maternidade/paternidade e produção científica ganharam fôlego, tendo em vista as disparidades para a dedicação plena à pesquisa, além dos critérios de avaliação meritocráticos que não levavam em conta as experiências das pessoas em uma sociedade excludente. Além disso, cargos de pesquisa seniores continuam sendo ocupados majoritariamente por homens brancos cisgênero, o que indica que a chamada “produtividade acadêmica” não é possível de ser alcançada por todos/as. Sobre a questão da produtividade, a tese de doutorado de Roberta Peixoto Arêas da Silva (2019), amparada sobretudo pela teoria dos capitais do sociólogo Pierre Bourdieu, traz dados importantes sobre a produção acadêmica e os impactos sobre a equidade de gênero no Brasil,

levando em conta, por exemplo, a distribuição de bolsas de pesquisa pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) no decorrer de 15 anos. Estando as diferentes áreas de conhecimento do CNPq submetidas a comitês de pares (em sua maioria homens), nota-se que as bolsistas de pesquisa ocupam 30% das bolsas distribuídas, o que se mantém praticamente estável no intervalo analisado pela pesquisa (2001-2015). No entanto, os dados da pesquisa de Silva apontam ainda que a porcentagem de mulheres discentes de todas as áreas em programas de pós-graduação corresponde a 50% das publicações de artigos e pela maior parte das dissertações e teses. Outros dados revelaram que ainda que crescente, a ocupação de cargos de docência por mulheres em instituições de ensino superior segue menor que a de homens, indicando um afunilamento na medida em que avançam na carreira acadêmica e científica (SILVA, 2019: p.41-42).

Se a opressão de gênero possui inúmeras barreiras em ser localizada, tendo em vista a carga biologizante, psicologizante e de um determinismo sociológico que dificulta a apreensão das práticas e experiências há muito enfatizadas na literatura, os dados empíricos das recentes pesquisas orientadas por críticas epistemológicas, como os estudos de pesquisadoras negras e indígenas não deixam de trazer à tona a sustentação política e ideológica de práticas excludentes que articulam o doméstico e o cuidado a uma “feminilidade” encarnada e objetificada, sendo reforçado pela compulsoriedade de apoio emocional estabelecida a partir do gênero como regime de subjetivação. No entanto, como enfatiza Nancy Fraser (2009), o projeto de emancipação das mulheres frente à compulsoriedade do cuidado se torna aliado do capitalismo quando insiste em individualizar a participação das mulheres na sociedade de mercado – as mulheres empresárias, por exemplo – e

desdobra uma exploração em outras. Afinal, quem propicia a emancipação de algumas mulheres, senão outras mulheres, pobres, negras, migrantes, latinas, asiáticas, indígenas?

## **A ESTRUTURA DO CUIDADO NO TRABALHO ACADÊMICO**

Eu gostaria de transpor essa estrutura do cuidado para a esfera do trabalho acadêmico, quando mulheres são vistas como “secretárias” de seus colegas. Quando é sutilmente delegado a nós que tratemos de “lavar a louça”, isto é, que façamos as atividades acadêmicas desprestigiadas, como a burocracia administrativa, os projetos de ensino (monitorias e projetos de iniciação à docência, por exemplo), projetos de extensão e comissões variadas, principalmente aquelas ligadas à assistência, permanência estudantil e direitos humanos. Que nos incumbamos de organizar eventos, certificação, ornamentação de mesas e espaços para os quais os homens brancos cisgênero, em sua grande maioria, são convidados a falar. Nas atividades de pesquisa, privilegiadas nesse contexto, sofremos sumária exclusão e desvalorização, seja por licenças maternidade ou licença para cuidar de alguém da família com problemas de saúde, seja por estarmos absolutamente envoltas nas atividades acadêmicas desprestigiadas e acolhendo estudantes a qualquer hora do dia, por e-mail, por telefone e pessoalmente. Não pontuamos nos editais de fomento, pois não publicamos; não temos tempo para produzir artigos científicos - atividade hipervalorizada dentro do produtivismo acadêmico. Não nos credenciamos a programas de pós-graduação, pois não temos financiamento, por isso não fazemos pesquisa e então não publicamos. Para arrematar, não ocupamos cargos de liderança, nem na universidade, nem na política.

Ao comentar sobre este artigo com colegas professores, percebi que alguns se sentiam injustiçados por minhas críticas, afinal, teriam realizado todas as atividades mencionadas e não sentiam que “empurravam” essas atividades às colegas. Para mim, no entanto, sempre foi muito evidente que o fato de alguns colegas realizarem essas atividades não lhes acarretava a mesma carga de trabalho, desprestígio e invisibilidade que para pessoas expostas à discriminação interseccional de gênero. Algo muito parecido ocorre com o trabalho doméstico que, quando feito apenas por mulheres, torna-se invisível. Quando compartilhado, é valorizado e rende elogios aos homens “que ajudam”. Se ocupar de louça acadêmica, mas não estar igualmente representada nos comitês científicos, não estar nas bibliografias de curso e cargos de gestão são apenas algumas das consequências da relação entre louça acadêmica e gênero.

O que chamo, portanto de “louça acadêmica”, são as atividades desprestigiadas do universo acadêmico que nos são delegadas porque, afinal de contas, alguém tem que fazê-las, alguém tem que lavar a louça senão ninguém almoça. Alguns podem sugerir que nos recusemos a fazê-las, que não lavemos a louça até que a bagunça se torne generalizada a ponto de que os outros “moradores da casa” o façam. Além disso, há que se questionar a existência de trabalho não-remunerado em qualquer parte, desde que ele esteja produzindo bem-estar, riqueza e ascensão social para poucos. Mas estou tratando aqui de serviço público. Tarefas que assumimos muitas vezes para que estudantes tenham bolsas, possam permanecer na universidade. Estou falando de uma urgência do cuidado que no contexto universitário se converte em atividades que não gozam de prestígio e muitas vezes não contam para a matemática cruel da produtividade acadêmica.

As sutilezas da dificuldade de ascensão na carreira já foram chamadas de *glass ceiling*, como notou Silva (2019) em sua pesquisa. A expressão, traduzida como “teto de vidro”, refere-se às barreiras invisíveis enfrentadas por mulheres na progressão de suas carreiras e que se popularizou no contexto norte-americano a partir dos anos 1980. Trata-se de barreiras dissimuladas pela ideologia ocidental moderna do individualismo (Dumont, 1985), em que o valor da igualdade sustenta uma negação das hierarquias. Outra perspectiva que pode ser levantada aqui é a do poder simbólico, de acordo com Pierre Bourdieu (1989). O poder simbólico aponta para a naturalização das estruturas de dominação, tendo a “cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989: p. 8). Nesse sentido, a desigualdade estrutural enfrentada por determinados grupos sociais é reproduzida de forma a sequer ser reconhecida como tal.

Em uma análise sobre a composição de bancas de concurso para a magistratura federal, Clara da Mota Santos Pimenta Alves (2017) analisa que nem sempre é fácil identificar os mecanismos de produção da inequidade de gênero, haja vista os problemas enfrentados a partir das políticas de representação profissional entre mulheres juízas, por exemplo. Embora a autora se refira ao contexto do judiciário, suas reflexões se encontram com as aqui expostas, questionando a persistência da “louça” que transita entre o privado e o público. Alves aponta que juízas reiteradamente relatam que consideram que suas vidas pessoais são mais afetadas pelo trabalho. Ao mesmo tempo, há uma ampla dificuldade em perceber a extensão do domínio doméstico para o campo profissional, o que expõe a compartimentalização liberal da vida social, como se fosse possível separar o privado e o público. Para a autora, são evidentes os estereótipos acionados pelo trabalho de “julgar”, em que performa

uma certa masculinidade: “dureza, sisudez e racionalidade” (ALVES, 2017: p.360). No âmbito profissional, uma “domesticidade” entendida como poluidora da esfera pública se desdobra sobre as atividades das mulheres, impedindo que a ascensão profissional ocorra de maneira equânime. Não se trata de um currículo menos interessante, mas de uma performance, da cor da pele, de um corpo. Atributos inacessíveis e invisibilizados pela ideologia da igualdade.

O trabalho da filósofa e psicóloga feminista Carol Gilligan discute a questão do cuidado e sua ligação ao feminino e ao doméstico sob a perspectiva da ética e filosofia moral. Em um de seus livros mais populares, *“In a Different Voice: Psychological Theory and Women’s Development”*, Gilligan (1982) propõe uma “ética do cuidado”, contrapondo-se às análises de um importante teórico do desenvolvimento moral, Lawrence Kohlberg. A pesquisa de Gilligan ouviu meninas e mulheres a respeito da relação entre julgamento e ação em situação de conflito moral e escolha, destacando a especificidade das vozes femininas com relação às teorias psicológicas sobre o desenvolvimento, em que uma única voz (masculina) historicamente soou absoluta e representou um balizamento a partir do qual as condutas humanas se desenvolveriam. Gilligan mergulha nas vozes de meninas e mulheres em um projeto político de reconhecimento da diferença como relacionamento, isto é, como condição humana. Muitas das participantes da pesquisa de Gilligan sentiam-se “egoístas” ou dissociadas de si mesmas em suas respostas, configurando um sistema brutal de silenciamento que dificulta a identificação dos desejos e interesses das mulheres. O trabalho de Gilligan também dialogou com as críticas feministas à psicanálise durante o século 20 e, principalmente, com as teorias do desenvolvimento feminino, bastante problematizadas pelo próprio campo da psicologia. A

teoria dos seis estágios morais desenvolvida por Kohlberg e analisada por Gilligan defende uma diferença de grau entre o desenvolvimento moral de homens e mulheres. Na pesquisa dos estágios morais de Kohlberg, as mulheres não teriam atingido os mesmos graus de desenvolvimento moral que os homens devido a estacionarem seus comportamentos e escolhas em um dos estágios mais primários da teoria, isto é, aquele em que o sujeito age orientado pelo desejo de agradar e satisfazer o outro. A ética do cuidado, explorada por Gilligan e relacionada à moral feminina – por sua vez, orientada pelo relacionamento e pela particularidade das experiências afetivas –, não seria oposta à ética dos princípios (tida como masculina, abstrata e universal), mas deveria convergir para uma valorização de aspectos mais amplos das experiências humanas, reconhecendo as formas pelas quais as mulheres julgam, tomam decisões e se inscrevem nos diferentes contextos sociais em que atuam.

É preciso dizer que, embora a autora efetivamente positive uma ética do cuidado e a relacione às experiências das mulheres enquanto uma ética, é preciso lembrar que o campo de estudos de gênero tem enfatizado as limitações de um entendimento sobre “as mulheres” sem que se leve em conta os perigos da substancialização das identidades e da dominação, como alertou Butler (2003). Além disso, outras teóricas que abordaram a ética do cuidado, como Held (2006), destacam que positivar o cuidado, seja enquanto uma ética em contraposição às teorias clássicas da filosofia e do desenvolvimento moral, seja como uma forma de “ouvir a voz” das mulheres, não pode ser confundido com um movimento de apagamento das estruturas de cuidado que sujeitaram as mulheres na história e talvez até correr o risco de romantizar uma disposição a um propósito moral superior e de

conexão com o outro. O cuidado, como propõe Held, deve ser apreendido dentro dos múltiplos sentidos que performa nas experiências, incluindo aquelas em que ele se confunde com a benevolência, passando despercebido como um tipo de dominação.

Tendo em vista que a ideia de um desenvolvimento especificamente “feminino” já foi bastante problematizada, conforme assinalado por Gilligan, a própria psicologia feminista e decolonial tem alertado para uma compreensão adequada e não generalizante de realidades em que o cuidado se tornou uma ética inferior. Muitos grupos sociais não compreendem o cuidar - a disposição de energia, tempo e atenção para o desenvolvimento de outras pessoas, sejam crianças, idosos, mas também o cuidado com outros animais, as florestas e os rios – como atividade menor e desprestigiada. Quando se fala em uma ética, o cuidado é moralmente preenchido, situando o gênero, a raça e a classe no coração dos comportamentos e políticas. Não se trata de generalizar as experiências de homens e mulheres, até porque o binarismo de gênero -além da centralidade do humano nas relações - nos levou a conclusões equivocadas do ponto de vista antropológico. As observações empíricas de Gilligan evocam as diferentes experiências com o tema, as diferentes éticas envolvidas. No entanto, a autora nos oferece um quadro controverso sobre o qual as mulheres e sua moralidade tomariam assento. Moralmente inferiores de acordo com diferentes abordagens do desenvolvimento humano – e em particular as de Freud, Piaget e Kohlberg - as mulheres exerceriam ainda assim a preocupação com o ponto de vista do outro. Isso explica a romantização de nossa inferiorização com base em uma natureza não-humana da mulher. A desumanização está à espreita nos discursos sobre as “qualidades femininas”, haja vista que o processo civilizatório (as regras do jogo) só interessaria ao gênero masculino, branco, euroamericano e

oriundo das classes dominantes. De acordo com Gilligan, as teorias do desenvolvimento tomaram o desenvolvimento masculino como o normal (o humano) e o feminino como derivativo, um desvio, uma “costela de Adão”. Este segundo sexo, que Beauvoir descreveu em 1949, não poderia ser autônomo na interrelação com um modelo que o coloca para fora da humanidade. O destino do “outro” selado por uma obsessiva definição do “mesmo” como única possibilidade de desenvolvimento.

Muitas teorias sociais acabaram reproduzindo esse problemático relacionamento com a diferença que, importante sinalizar uma vez mais, só foi localizado na anatomia dos corpos, na biologia, no cérebro, nos hormônios, na raça, para que pudesse sustentar um discurso socialmente válido em determinados contextos. O trabalho de Fabíola Rohden (2010) analisou os diferentes discursos científicos sobre a diferença de gênero, sobretudo aqueles centrados na biologização das diferenças, e constatou o percurso de grande sucesso do cérebro, passando pelos hormônios, desde a metade do século XIX aos artigos científicos contemporâneos. A maternidade e o cuidado estiveram intimamente vinculados ao discurso sobre o feminino, inclusive fundamentando práticas de medicalização dos corpos que foram estendidas às prescrições na educação das mulheres. Se a diferença está localizada na natureza, a cultura não deveria ter o poder de “corrigí-la”. No entanto, a autora assinala que é a educação, do ponto de vista do acesso das mulheres à produção de conhecimento, que torna-se um “perigo” à natureza feminina. No século XXI, a despeito dos movimentos políticos de combate às consequências do biopoder, persistem discursos científicos sobre as “pequenas diferenças” entre homens e mulheres.

*A constatação da permanência dessas ideias e da sua expressão de forma contundente em momentos tão distintos como meados do século XIX e início do século XXI leva a supor que algum tipo de mecanismo muito resistente pode estar em cena, embora bastante modificado pela passagem do tempo. Sugiro que estamos assistindo a uma nova remodelagem da reafirmação do dualismo de gênero, agora repaginada com as cores da neurociência. Trata-se do que poderíamos chamar de uma ‘substancialização da diferença’, caracterizada pelo enraizamento constantemente renovado do gênero em determinadas marcas corporais (Rohden, 2010: p. 432).*

Gilligan criticou a forma como alguns testes relacionados às teorias do desenvolvimento deixavam de observar adequadamente as respostas das mulheres aos dilemas morais e à percepção de si, fazendo com que conceitos como “maturidade moral” não parecessem moralmente orientados pelos pesquisadores. Ao colocar o desenvolvimento feminino como um desvio na rota “normal” da maturidade moral, estudos como os de Kohlberg não reconhecem as especificidades das experiências das mulheres, além de inferiorizar a forma como produzem respostas voltadas ao engajamento crescente em redes de relacionamentos e responsabilidades interpessoais. Se o sucesso da separação edipiana levaria à individuação e ao pleno desenvolvimento moral nos meninos, a resposta das meninas apontaria para uma individuação crescentemente empática:

*Since development has been premised on separation and told as a narrative of failed relationships - of pre-Oedipal attachments, Oedipal fantasies, preadolescent chumships, and adolescent loves - relationships that stand out against a background of separation, only successively to erupt and give way to an increasingly emphatic individuation, the development of girls appears problematic because of the continuity of relationships in their lives (Gilligan, 1982: 39).*

Na antiética dos processos investigativos, um psipoder alia-se às práticas de discriminação de gênero, portanto. As diferentes noções de pessoa que a literatura antropológica explorou com tanto êxito não devem ser abandonadas quando se pretende compreender as dinâmicas envolvendo as experiências com os discursos sobre a diferença de gênero. A pesquisa de Gilligan parece apontar justamente para uma noção de pessoa, entre as mulheres estudadas, bem distante do indivíduo moral, valor fundamental da modernidade. Em um contexto nominalista, conforme apontou Louis Dumont (1983), confere-se realidade aos indivíduos e não às relações. No entanto, o ideal individualista da modernidade “jamais foi moderno” (Latour, 1994) e, nesse sentido, não se trata aqui de afirmar uma masculinidade como modelo no singular, algo em si problemático. O mérito da pesquisa de Gilligan está em considerar os limites de uma psicologia do desenvolvimento moral que no lugar de considerar gênero como categoria analítica – embora ela também tenha bases anglo-saxãs e deva ser problematizada -, toma-a como categoria pressuposta e objeto de descrição.

Segundo o historiador Thomas Laqueur (2001), a diferença entre os sexos é historicamente datada dos finais do século 18, o que não

significa que antes disso diferenças anatômicas eram desconsideradas. O autor sinaliza que é a partir do século 18, sob o contexto histórico do liberalismo político e dos avanços científicos, que os sexos passam a ser vistos como opostos e incomensuráveis. No liberalismo político, se homens e mulheres passam a ser declarados iguais perante a lei, era necessário buscar na natureza a base para a justificativa da desigualdade, através da ideia de “imutabilidade do sexo”. Longe de evidente, o sexo é ele mesmo uma categoria analítica, como sinalizou Butler (2003), a exemplo da discussão sobre atletas transgênero em competições esportivas, sempre uma porta aberta para a reelaboração da natureza.

## **POR UMA ÉTICA DO CUIDADO NO TRABALHO ACADÊMICO**

Diante de uma suposta incomensurabilidade, constituída no cotidiano de relações marcadamente desiguais e excludentes, porque pautadas em percepções da diferença forjadas na violência da normatividade, é preciso enaltecer a resistência das práticas que se propõem a transformar a estrutura do cuidado no trabalho acadêmico. As formas contemporâneas do capitalismo escancaram uma vez mais os limites de um necro-projeto entendido como inevitável, e embora uma parte da produção científica esteja disposta a alertar sobre os riscos, suas desigualdades estruturais podem estar dificultando a renovação das esperanças. A ciência precisa integrar-se às experiências de relacionamento com o planeta que resistem às tentativas de apagamento, e isso inclui os saberes subalternizados do cuidado e da atenção.

Angela Davis (2016) assinalou a soberba do campo científico em encarar o acesso de pessoas pretas como um perigo a ser evitado. No entanto, a relação dessas pessoas com os saberes e sua

emancipação era um desejo consumado, independente do acesso ao ensino superior, como analisou a autora. A educação jamais foi negligenciada e estava repleta de compartilhamento e liberdade. As experiências populares com a atividade educacional acrescentaram ao debate uma importante ferramenta de reflexão: não é possível aprender ausentando-se do processo, impedindo os relacionamentos múltiplos que realizam a vida. Sob esse aspecto, entendo que para além das críticas contundentes ao caráter mercadológico e de dominação assumido pelo campo acadêmico, cabe interrogar também os limites da negação do cuidado e da atenção, práticas tomadas como “domésticas”, “desviantes”, “irracionais”, “inferiores”.

Antonieta de Barros, professora negra e primeira deputada estadual eleita no Brasil, rompeu importantes barreiras ainda nas primeiras décadas do século 20. Com ela, muitos/as professores/as e pesquisadores/as inscreveram na política a marca de uma educação libertadora, profundamente imbricada na vida e no coletivo. Embora suas crônicas e reflexões tenham enfatizado uma relação bastante altruísta com a docência, Nunes (2001) aponta a supervalorização de uma “mestra abnegada” frente a um percurso tortuoso na educação experienciado por Antonieta. Se para mulheres brancas das classes altas o magistério aos poucos foi sendo aceito como extensão da maternidade e do doméstico, para mulheres pretas o lastro da sociedade escravocrata seguia perpetuando a negação deste lugar. Louro (2004) observa que o discurso oficial de modernização pós-independência do país colocava a educação sob holofotes, incluindo a educação das mulheres. No entanto, citando a primeira lei de instrução pública no Brasil, de 1827, Louro analisa que se tratava de uma educação moral, sobretudo, já que no texto da lei ficava explicitada a responsabilidade materna do magistério (Louro, 2004:

p.447). Sob o projeto de expansão escolar no final do século 19 e com o crescimento da demanda por professores, o magistério passa a mobilizar mulheres das classes populares, iniciando um processo de desprestígio do magistério pelas classes altas e pelas políticas públicos.

Com efeito, um conjunto de prerrogativas morais foram coladas ao trabalho das mulheres no magistério, qualificando e desqualificando atividades específicas no interior dos contextos acadêmicos. Se a “vocação de ensinar” seria dom natural das mulheres, cargos de gestão e pesquisa ficariam sob o domínio masculino. Louro chama atenção para o processo crescente de controle do Estado sobre a educação desde o final do século 19, haja vista que a feminização do magistério pode ter acentuado um entendimento sobre o perigo da autonomia de espaços de formação ocupados amplamente por mulheres. Faz sentido, assim, que as atividades acadêmicas tenham se distribuído de acordo com a concentração de poder que vieram a assumir ao longo do tempo. No ensino superior, os critérios de produtividade centrados em determinadas atividades e em descompasso com a premissa da dissociação entre ensino, pesquisa e extensão passaram a obstruir o acesso das mulheres a postos de poder dentro do trabalho acadêmico.

Durante a pandemia, muitas pesquisas procuraram explorar a sobrecarga de trabalho entre estudantes e professores/as universitários/as – mas também entre pesquisadores/as sem vínculo institucional - indicando que mulheres negras e mães estariam entre as mais afetadas. Ao trazer o trabalho acadêmico para o espaço da casa, evidenciou-se que a louça sempre esteve lá, como cá, e que às mulheres cabia o “dom” de lavar. Nesse contexto, de ameaça à vida e de consequente crise econômica, fez-se necessário

uma vez mais investigar a importância do cuidado como fundamental para o relacionamento humano e com o planeta. Como abordado por Held (2006), Behabib (1992) e Noddings (2002), o final do século 20 observou uma série de críticas liberais aos projetos comunitários, e principalmente a uma ética do cuidado feminista e decolonial. A premissa era de que a cidadania deveria ser alcançada por um universalismo indiferente às questões de gênero, classe e étnico-raciais, contestando ainda os contextos históricos e a herança de processos coloniais. Tal premissa também alimentava a ideia de que um mundo globalizado seria capaz de transpor as particularidades e as diferentes éticas do relacionamento humano e com o planeta. Esta perspectiva procurou menosprezar a contribuição das críticas feministas e decoloniais ao capitalismo excludente e “racional” que tinha as bases bastante prejudicadas no final do século, mesmo na tentativa de uma reinvenção neoliberal.

Os projetos educacionais não ficaram de fora da tentativa de neoliberalizar a economia e as relações sociais. Nesse sentido, algumas questões sobre o cuidado e a perspectiva feminista relacionada a contextos educacionais devem ser pontuadas. Em primeiro lugar, como refletiu Mia Angélica Sosa-Provencio (2016), uma ética feminista decolonial não deve ser entendida como descolada dos ideais de justiça social universalizantes, mas é profundamente marcada pelo acesso à educação a partir das particularidades culturais, de gênero, classe e étnico-raciais. No cotidiano da formação de estudantes mexicanos nos Estados Unidos, as propostas educacionais de envolvimento com os valores comunitários e o cuidado como cura e resistência constituíram um desafio para lógicas que não encaravam as pedagogias e os currículos como impedidores da permanência e avanço acadêmicos. Se a ética feminista do cuidado pode ser descartada em contextos

em que o neoliberalismo dissimula as diferenças de gênero e outras – o que não acho nada viável – nas comunidades negras e migrantes analisadas por Sosa-Provencio, ela representou uma crítica importante ao cuidado individualizante, maternal e feminilizado. Nesse ponto, Sosa-Provencio dialoga com o trabalho de Gilligan e corrobora com as críticas endereçadas ao livro *In a Different Voice*. Os esforços de Gilligan em desconstruir as teorias psicológicas do desenvolvimento moral entre homens e mulheres acabou não questionando a unicidade da voz das mulheres que descreveu, inferindo sobre experiências de gênero não problematizadas. Quem são as mulheres da ética do cuidado? Quem são os homens da ética dos princípios? Fiona Robinson (1999), por sua vez, reforça que a ética do cuidado não deve se limitar à contraposição das teorias universalistas da moralidade, bem como não deveria ser entendida como uma disposição psicológica de gênero – uma “ética das mulheres”, defendida por Gilligan – mas como prática e valor capaz de transformar nossas percepções políticas e morais. A ética do cuidado pode e está atrelada a muitos projetos de resistência.

Assim, a tentativa de repensar o trabalho acadêmico à luz da ética do cuidado deve antes de mais nada denunciar as formas de opressão que atravessam a sobrecarga de trabalho, os processos pedagógicos excludentes, o produtivismo que impede a ascensão na carreira e o desprestígio de atividades essenciais ao desenvolvimento acadêmico, científico e à transformação social. Nessa esteira, uma suposta abnegação da docência precisa ser urgentemente abandonada, e em seu lugar é preciso enraizar o respeito ao trabalho da educação e suas especificidades.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Clara da Mota Santos Pimenta. Gênero, espaço público e poder: uma análise sobre a composição das comissões examinadoras de concurso da magistratura. **Publicum**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/dspace/handle/123/157935>. Acesso em 11 set. 2026.

ASSIS, Yérsia Souza de.; GOMES, Larisse Louise Pontes. Negras antropologias: escrevivências de antropólogas na pós-graduação. **Revista Mundaú**, Maceió, número especial, vol. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/revistamundau/article/view/11012>. Acesso em 01 set. 2026.

AZEREDO DE MORAES, Fernanda. Trabalho doméstico, trabalho emocional e produção de conhecimento: o caso das mulheres de... In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília. Anais [...]. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. Disponível em: <https://anais.abant.org.br/31rba/>. Acesso em: 01 set. 2026.

BENHABIB, Seyla. **Situating the Self: Gender, Community, and Postmodernism in Contemporary Ethics**. New York: Routledge, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORRÊA, Mariza. **Antropólogas e antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, 2009.

Disponível em:  
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505>.

Acesso em: 11.set.2026.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

HELD, Virginia. Care and justice in the global context. **Ratio Juris** 17, no. 2, 2004. Disponível em:  
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9337.2004.00260.x>.

Acesso em 11. set. 2026

HELD, Virginia. **The ethics of care: personal, political, and global**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

KUPER, Adam. **Antropólogos e antropologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

MARRY, Catherine; POCHIC, Sophie. O “teto de vidro” na França: o setor público é mais igualitário que o setor privado? **Cadernos De Pesquisa**, São Paulo, nº 47(163), 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/42992017>. Acesso em 01 set. 2026.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº18, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/FPnRRdqBZFNmhmDPsYjzmhC/?format=html&lang=pt&ilang=pt\\_BR](https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/FPnRRdqBZFNmhmDPsYjzmhC/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR). Acesso em 31 ago. 2026.

NODDINGS, Nel. **Starting at Home: Caring and Social Policy**. Berkeley: University of California Press, 2002.

NUNES, Karla Leonora Dahse. Antonieta de Barros: uma história. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ROBINSON, Fiona. **Globalizing care: ethics, feminist theory, and international relations**. San Diego: Westview Press, 1999.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SILVA, Roberta Peixoto Arêas da. Pós-graduação: impactos, desafios e oportunidades sob a luz da equidade de gênero. 2019. Tese

(Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SOSA-PROVENCIO, Mia Angélica. Seeking a *Mexicana/Mestiza*. Ethic of Care: Rosa's *Revolución* of carrying alongside. **Race Ethnicity and Education**, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13613324.2016.11508332016>. Acesso em 11set.2026.

TRONTO, Joan. “Particularisme et responsabilité relationnelle en morale: une autre approche de l'éthique globale”. In : GILLIGAN, C. HOCHSCHILD, A. & TRONTO, J. **Contre l'indifférence des privilégiés. À quoi sert le care**. Paris: Payot, 2013.

---

<sup>1</sup> Docente do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas e dos Cursos Superiores de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Laranjeiras do Sul. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)